

INTERVENÇÕES DA MEMÓRIA NA HISTORIOGRAFIA: IDENTIDADES, SUBJETIVIDADES, FRAGMENTOS, PODERES

*Marcia Mansor D'Alessio**

Resumo

Através da observação das metamorfoses historiográficas provocadas pelos estudos de memória, o artigo examina a relação memória \ identidade, o espaço adquirido pela subjetividade no saber histórico, a fragmentação de tempo e objetos e o uso político da memória.

Palavras-chave

Memória; historiografia; identidade; subjetividade; poder; tempo; espaço.

Abstract

The purpose of this article is to examine the relationship between memory and identity, the space conquered by subjectivity in historical knowledge, the fragmentation of time and objects and the political use of collective memory through the observation of the historiographical metamorphosis caused by memory studies.

Keywords

Memory; historiography; identity; subjectivity; power; time; space.

* Professora do Departamento de História da PUC-SP e da Unesp/Franca.

A proposta deste artigo é fazer uma reflexão metodológica sobre transformações historiográficas trazidas pelos estudos de memória. Portanto, não se trata de um trabalho de registro de memórias, mas de observação das metamorfoses do conhecimento histórico e seu discurso quando têm memórias como fontes privilegiadas.

Nessa linha de abordagem, uma pergunta inicial se impõe: por que historiadores voltam suas atenções para a memória como uma forma de auscultar a história? Uma hipótese geral pode orientar essa reflexão: os estudos de memória respondem a uma necessidade de busca de identidades ameaçadas.

Em reedição recente de *Les cadres sociaux de la mémoire*, escrito por Maurice Halbwachs em 1925, Gérard Namer mostra, em seu Posfácio, porque se estudava memória naquele momento. A idéia estruturante dessa reflexão é que os estudos de memória aparecem no começo do século como uma reação à “*difficile mutation des sociétés rurales autoritaires traditionnelles en sociétés urbaines modernes industrielles démocratiques*”.¹ Nessa linha de raciocínio, o autor elabora uma idéia interessante a respeito da origem judaica dos grandes pensadores da memória, mostrando que sua atenção a esse fenômeno se deve a uma situação de vida de encruzilhada entre a tradição e a modernidade, a religiosidade e a laicidade racional, a memória rural e a memória urbana. Os judeus convertidos – Mahler e Bergson – e laicos – Freud –, diz o autor, vivem uma situação de “*judéité*” integrada à modernidade.

O que fica sugerido, então, é que a vontade de lembranças se dá em um momento de tensão entre tradicionalismo e modernidade, tensão essa reveladora de rupturas que, apesar de longamente preparadas, desorganizam formas de viver e quadros mentais coletivos, originando vácuos que as lembranças preenchem.

Em 1939, em “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov”, Walter Benjamin afirma que a narração – forma de exposição de lembranças – e o narrador – sujeito dessa exposição – estão em extinção. Em uma formulação magoada, coloca a 1ª Guerra mundial como produtora de um espaço ilustrativo daquela prática perdida:

Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos se encontrou ao ar livre numa paisagem em que nada permanecera inalterado, exceto as nuvens, e debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões, o frágil e minúsculo corpo humano.²

1 Namer, G. Posface. In Halbwachs, M. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Éditions Albin Michel, 1994, p. 300.

2 Benjamin, W. “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov”. *Obras escolhidas. Vol. I*.

Se a 1ª Guerra mundial constrói o cenário que produz e representa o esquecimento, o processo de declínio da narração começou muito antes, segundo o filósofo, ou seja, no momento da passagem do mundo medieval – que conta com o camponês sedentário para armazenar lembranças acumuladas num tempo longo e com o marinheiro comerciante para acrescentar àquelas o diferente – ao mundo capitalista, que traz consigo o romance, forma de exposição do indivíduo isolado.

O romance, cujos primórdios remontam à Antiguidade, precisou de centenas de anos para encontrar, na burguesia ascendente, os elementos favoráveis a seu florescimento.³

O romance abala a narração, porém o que lhe dá o golpe decisivo é um outro produto do processo histórico de consolidação da burguesia: a informação⁴. Revelando e reafirmando a aceleração da história, a informação coloca o imediato e o efêmero como as experiências espaciais/temporais hegemônicas:

(...) o saber que vem de longe encontra hoje menos ouvintes que a informação sobre acontecimentos próximos.⁵

[Ou]

A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver.⁶

Benjamin admira Paul Valéry como aquele que melhor descreveu o universo artesanal do qual vem o narrador e cita-o numa reflexão que termina, também, mostrando a aceleração da história: “(...) já passou o tempo em que o tempo não contava. O homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado”.⁷

Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 198.

3 Benjamin, op. cit., p. 202.

4 O filósofo se refere, aqui, à imprensa.

5 Benjamin, op. cit., p. 202.

6 Idem, ibidem, p. 204.

7 Valéry, P. citado por Benjamin, op. cit., p. 206.

E Benjamin completa, ele próprio, a reflexão:

Com efeito, o homem conseguiu abreviar até a narrativa. Assistimos em nossos dias ao nascimento da *short story*, que se emancipou da tradição oral e não mais permite essa lenta superposição de camadas finas e translúcidas, que representa a melhor imagem do processo pelo qual a narrativa perfeita vem à luz do dia, como coroamento das várias camadas constituídas pelas narrações sucessivas.⁸

Constatando a obsessão atual pela memória, pelo registro, pela busca de traços, Pierre Nora, em 1984, ao falar da aceleração da história, enfatiza a mundialização de nosso tempo, sugerindo uma perda de referenciais da qual um dos sinais mais marcantes é a “mutilação sem retorno que representou o fim dos camponeses, essa coletividade-memória por excelência cuja voga como objeto da história coincidiu com o apogeu do crescimento industrial”.⁹

Se a aceleração da história subverte o tempo, tem também um efeito devastador no espaço. Ora, os estudiosos da memória já nos ensinaram: tempo e espaço confundem-se no resgate das lembranças. De todas as formas que utilizarmos esses dois termos os encontraremos entrelaçados. Em Proust, Georges Poulet mostra que:

Graças à memória, o tempo não está perdido, e, se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado. Ou, para ser mais preciso, está um espaço *enfim encontrado*, um espaço que se encontra e se descobre em razão do movimento desencadeado pela lembrança.¹⁰

Na busca do espaço, reencontramos a ansiosa busca de identidades ameaçadas, já que lugares e objetos materiais aparecem como imutáveis, portanto, como fatores de estabilidade capazes de referenciar pessoas garantindo-lhes identidade. Em contrapartida, a mobilidade do espaço e das coisas nele situadas e a indeterminação dos lugares desorganizam referenciais:

8 Benjamin, op. cit., p. 206.

9 Nora, P. “Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares”. *Projeto História 10*, São Paulo, Educ, 1993.

10 Poulet, G. *O espaço proustiano*. Rio de Janeiro, Imago, 1992, pp. 54-5.

(...) a angústia vem com mais frequência: a angústia em ver a mobilidade dos lugares acelerar ainda mais a mobilidade do nosso ser, já tão assustadora por si mesma. Pois, como não perder a fé na vida, quando se percebe que é ilusória a única fixidez em que se acreditava: a fixidez dos lugares, dos objetos ali situados? A mobilidade dos lugares rouba nosso último recurso. A que se agarrar, se os lugares, como os tempos e os seres, também são arrastados nessa corrida que só conduz até a morte?¹¹

Nas lembranças, o espaço localiza o tempo. Perdido o espaço, a identidade vacila à medida que tempo/espaço compõem o quadro no interior do qual o sujeito se re-conhece.

Quem é ele? Não sabe mais, e não sabe porque perdeu o meio de ligar o lugar e o momento em que vive a todos os outros lugares e momento de sua existência anterior. Seu pensamento tropeça entre os tempos e os lugares.

(...) às cegas, o espírito procura situar-se.¹²

Da fluidez dos lugares decorre, ainda, o estilhamento das lembranças, o desmanche de unidades ou totalidades que abrigam referenciais:

... a mobilidade dos lugares tem por consequência o isolamento desses lugares um em relação aos outros. Se os lugares se deslocam, a menos que seja na mesma velocidade e na mesma direção (...), é preciso que também se modifiquem as relações aparentemente constantes que os vinculavam a outros lugares e que faziam do espaço uma rede de conexões estáveis e mensuráveis.

(...) o ser privado de lugar encontra-se sem universo, sem lar, sem eira nem beira. Não está, por assim dizer, em parte alguma ou antes, está em qualquer lugar, como destroços, flutuando no vazio do espaço.¹³

Assim, da problemática proustiana – segundo a leitura de Poulet –, emerge uma possível conceituação da palavra identidade como uma situação de auto-re-conhecimento, possibilitada, dentre outras coisas, pelo espaço.

A ignorância dos lugares, como a ignorância dos tempos, afeta o conhecimento de si mesmo. Descobrir-se não emoldurado por determinados lugares, especialmente aqueles locais familiares cuja presença envolvente é uma consolação e uma segurança para quem

11 Poulet, op. cit., p. 18.

12 Idem, ibidem, p. 18.

13 Idem, ibidem, p. 18.

mora ali, é descobrir-se sem ponto de referência num vazio vertiginoso. Pois não se está menos “perdido” no espaço do que no tempo. Daí o horror que lhe inspiram os lugares com os quais não está familiarizado: lugares estranhos e impessoais, como os quartos de hotel, aos quais nenhum hábito se vincula.¹⁴

Poderíamos dizer que a contrapartida do “quarto de hotel” é a casa, no sentido a ela atribuído por Gaston Bachelard em sua abordagem fenomenológica do espaço:

Na vida do homem, a casa afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. É corpo e é alma. É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser “jogado no mundo”, como o professam as metafísicas apressadas, o homem é colocado no berço da casa.

(...) a vida começa bem, começa fechada, protegida, agasalhada no regaço da casa.¹⁵

Ainda:

Quando se sonha com a casa natal, na extrema profundidade do devaneio, participa-se desse calor inicial, dessa matéria bem temperada do paraíso material. É nesse ambiente que vivem os seres protetores.

(...) é graças à casa que um grande número de nossas lembranças estão guardadas; e quando a casa se complica um pouco, quando tem um porão e um sótão, cantos e corredores, nossas lembranças têm refúgios cada vez mais bem caracterizados. A eles regressamos durante toda a vida, em nossos devaneios.¹⁶

Aceitando a conceituação de identidade como auto-re-conhecimento, podemos enriquecê-la com a idéia de proteção. O sujeito que pode se auto-re-conhecer em lugares familiares que o situem, preserva seu eu, vale dizer, protege-se da sensação de isolamento, de anonimato, de abandono, construindo seu próprio aconchego. Assim, identidade seria, também, abrigo, portanto, proteção.

Se essas reflexões nos oferecem indícios de uma busca generalizada de referenciais identitários no passado, em função de vivermos um momento histórico que, a todo custo, tenta fabricar um presente eterno, os questionamentos e impasses que se produzem

14 Idem, *ibidem*, p. 20.

15 Bachelard, G. *A poética do espaço*. São Paulo, Martins Fontes, 1988, p. 26.

16 Idem, *ibidem*, pp. 27-8.

no interior da própria historiografia criam, igualmente, condições para a solicitação da memória como fonte de história.

Um dos impulsos mais fortes do conhecer histórico em direção a renovações tem sido o desejo de subjetividade na investigação e exposição da história. Colocar-se como o psicanalista que pratica a escuta é uma forma do historiador resgatar emoções e intimidades da experiência coletiva dos homens. Tem um pouco de *voyeurismo* na atitude do pesquisador que recolhe memórias e o *voyeur* sempre busca flagrar as cenas mais íntimas daqueles que observa.

Se o historiador-*voyeur* resgata a intimidade, o narrador a imprime no conhecimento histórico, transformando-lhe o discurso, arrancando-lhe a severidade e a austeridade da demonstração.

Voltando à poética abordagem de Benjamin sobre o narrador temos:

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do olceiro na argila do vaso.¹⁷

Portanto, a memória modifica os objetos, as investigações, as abordagens e, também, a escrita da história. Ao introduzir a subjetividade no conhecimento, coloca as sensibilidades, as privacidades e o cotidiano no centro da trama histórica. É, ainda, Bachelard que, tomando a casa como espaço da intimidade, diz:

As lembranças do mundo exterior nunca hão de ter a mesma tonalidade das lembranças da casa. Evocando as lembranças da casa, adicionamos valores de sonho. Nunca somos verdadeiros historiadores; somos sempre um pouco poetas, e nossa emoção talvez não expresse mais que a poesia perdida.¹⁸

Resulta, ainda, da intervenção da memória na historiografia, a relativização das totalidades ou estruturas, realidades penosamente percebidas e construídas pelas filosofias da história, pelo marxismo, por Henri Beer com sua síntese, pelos *Annales*. O abalo dessas totalidades, em função do lugar ocupado pelos fragmentos na com-

17 Benjamin, op. cit., p. 205.

18 Bachelard, op. cit., p. 26

posição da trama histórica, configura um impasse metodológico nem sempre bem resolvido.

Georges Poulet, no mencionado estudo da obra de Proust, ressalta seu caráter fragmentário decorrente, em grande parte, da descontinuidade da memória:

O universo proustiano é um universo em pedaços, cujos pedaços contêm outros universos, também eles, por sua vez, em pedaços. (...)

São inúmeras as causas dessa fragmentação do universo proustiano. Certamente, uma delas, e não das menores, é o caráter intermitente da memória, e, de um modo geral, de todos os sentimentos.¹⁹

Interessante notar que o impasse metodológico na historiografia, gerado pela tensão entre totalidades e fragmentos ou eventos e estruturas, se quisermos adotar o vocabulário dos *Annales*, é da mesma natureza que a tensão entre um instante e uma grande extensão temporal, um minúsculo lugar e uma grande extensão espacial, reconhecida no universo proustiano por Poulet:

No que diz respeito à duração como o romance parte da mais breve unidade temporal, um simples momento da consciência, para descobrir logo em seguida uma imensa extensão da vida; do mesmo modo, no que concerne ao espaço, ele parte de um lugar tão estreito quanto possível, comparável ao tamanho minúsculo de uma taça de chá; mas é para transformá-lo logo num lugar espaçoso o suficiente para conter uma cidade com sua igreja, jardins e arredores, ou seja, um vasto espaço, que, no entanto, estava contido, como o máximo no mínimo, num espaço inicial o mais estreito possível.²⁰

E a tensão reaparece no próprio Proust quanto ele revela um impulso de reunir fragmentos em uma totalidade ao descrever seu comportamento em uma viagem:

(...) de modo que eu passava o tempo a correr de uma janela a outra, para aproximar, para enquadrar os fragmentos intermitentes e opostos de minha bela madrugada escarlate e fugidia e ter dela uma vista total e um quadro contínuo.²¹

Tensão criativa tanto no romance quanto na historiografia, uma vez que revela a riqueza e a plenitude das percepções interiores em um caso, e dos movimentos coletivos

19 Poulet, op. cit., p. 41.

20 Poulet, op. cit., p. 61.

21 Proust citado por Poulet, op. cit., p. 65.

em outro. Para o conhecimento histórico, um problema a ser resolvido, uma reflexão a ser feita, um tema em busca de um debate.

A relação história/poder é outra situação que merece ser ressaltada na observação das transformações da historiografia provocada pelos estudos de memória.

Como mostra Michael Pollak, os trabalhos atuais sobre memória rompem com o discurso histórico que constrói a memória oficial, que desde o século XIX é a memória nacional, e trazem para a historiografia as lembranças dos marginalizados e dos excluídos.

A memória nacional, segundo esse autor, uniformizou lembranças, exercendo, portanto, uma função opressora em relação às experiências lembradas por pessoas e grupos. A entrada em cena das “memórias subterrâneas” faz aflorar conflitos entre memórias emergentes e memórias estabelecidas, estas organizadoras da ordem social. A memória nacional foi construída com a finalidade de ser dita, explicitada, propagandeada e imposta à população e elaborada a partir do estabelecimento de um tempo progressivo, linear, finalista, tempo esse desconstruído por lembranças descontínuas de indivíduos e grupos cujos interesses não coincidem necessariamente com os interesses do poder. Pode surgir, assim, uma conjuntura política de reivindicações grupais ancoradas em um passado real ou inventado, mas sempre legitimador dessas novas demandas.²²

A uniformização da memória feita pelo poder tem a função, dentre outras, de construir e manter a identidade nacional. O significado da criação desse tipo de “comunidade de destino” revela-se à medida que a nação torna-se a referência grupal fundamental de pessoas que vivem num mesmo território, sob a mesma organização social. No entanto, a fragmentação provocada pela emergência de memórias paralelas, desorganiza esse referencial maior, criando novas identidades e questionando a estabilidade do poder estabelecido.

Assim, também na relação história/poder, a questão da memória encontra-se com a questão da identidade, construindo/desconstruindo referenciais.

É curioso notar a cronologia da reintrodução das palavras memória e identidade no vocabulário histórico. Os anos 80 colocaram a memória revisitada no centro das atenções dos pesquisadores; os anos 90 deram esse espaço à palavra identidade. Essa seqüência no tempo reforça a sensação, já sugerida, de que a vontade de memória revela a busca de identidade ameaçada. Dito de outra forma, a compulsão por lembranças e

22 Pollak, M. “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, número 3, 1989.

seu registro expressam o temor do desaparecimento do passado que atormenta um tempo cada vez mais desconstrutor e desperta nas pessoas, grupos e povos o desejo de reencontrar ou reinventar referenciais esquecidos ou silenciados.

O resultado dessa movimentação para a historiografia é a evidência da articulação entre os fenômenos memória e identidade.²³

Mas, qual o sentido da palavra identidade no vocabulário atual e por que o fenômeno reaparece de forma tão marcante?

O termo tem uma historicidade intensa na segunda metade do século. Foi muito trabalhado pela antropologia já que a questão identitária é fundante para essa área do conhecimento. Os anos 70 podem ser vistos como um marco dessa reflexão. Em 1974, Claude Lévi-Strauss dirigiu um seminário sobre o tema, com participantes de várias disciplinas. No grande debate que se estabeleceu, o antropólogo partiu de uma crítica para pensar a identidade, pois parece tê-la concebido como semelhança, uniformização homogeneização, olhar profundamente marcado pela rejeição ao etnocentrismo, por ele conceituado, em sua obra *Race et histoire*, como a recusa de um grupo em admitir a diversidade cultural: "... prefere-se expulsar para fora da cultura, para a natureza, tudo o que não está conforme a norma sob a qual se vive".²⁴

E mais à frente diz:

Sabe-se que a noção de humanidade, englobando, sem distinção de raça ou de civilização, todas as formas da espécie humana, tem aparição tardia e expansão limitada. Mesmo onde ela parece ter atingido seu maior desenvolvimento, não é, de forma alguma, seguro – a história recente o prova – que seja aplicada sem equívocos ou regressões. Ao contrário, para vastos contingentes da espécie humana e durante dezenas de milênios, esta noção parece estar totalmente ausente. A humanidade cessa nas fronteiras da tribo, do grupo lingüístico, às vezes até do vilarejo; ...²⁵

23 Essa articulação é muito evidente, também, no plano individual. Em sua maravilhosa obra *O tempo da memória*, publicada na Itália em 1996 (edição brasileira: Rio de Janeiro, Campus, 1997), Norberto Bobbio, então com 87 anos, diz: "O relembrar é uma atividade mental que não exercitamos com frequência porque é desgastante ou embaraçosa. Mas é uma atividade salutar. Na rememoração reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade, não obstante os muitos anos transcorridos, os mil fatos vividos. (...) Se o mundo do futuro se abre para a imaginação, mas não nos pertence mais, o mundo do passado é aquele no qual, recorrendo a nossas lembranças, podemos buscar refúgio dentro de nós mesmos, debruçar-nos sobre nós mesmos e nele reconstruir nossa identidade (...)".

24 Lévi-Strauss, C. *Race et histoire*. Paris, Denoel, p. 20.

25 Ver Benoist, J.-M. "Facettes de l'identité", in Lévi-Strauss, C. *L'identité*. Paris, Quadrige/PUF, 1983.

Essas reflexões fazem supor que Lévi-Strauss pensou a identidade como aquilo que é igual a si mesmo, pois depreende-se dos textos que grupos etnocêntricos têm apenas a si próprios como referência. Suas pesquisas e obras realizadas naquele momento têm a preocupação de “desconstruir a identidade”, de maneira a fazer emergir a diferença, a diversidade cultural, a multiplicidade das experiências humanas e instaurar a alteridade que significa o reconhecimento do outro nas relações entre pessoas e grupos.

As reflexões em torno da identidade tinham, nos anos 70, uma aproximação com a abordagem que se fazia da questão nacional. No seu movimento em direção ao “uno”, a nação era vista como a entidade que abafa a diferença de classes, o poder do Estado negando o conflito que a presença das mesmas estabelece. Por essa leitura, a identidade nacional e a própria nação são consideradas construções ideológicas para o exercício do poder. Aceitando ou não a interpretação acima, a evidência é que a nação referenciou pessoas e grupos durante todo o século XX. E, aqui, tocamos um aspecto fundamental: até que ponto o abalo pelo qual estão passando os estados nacionais com a globalização não tem o seu papel nas transformações do termo identidade nos anos 90. Minha hipótese é que, não sendo mais as nações os referenciais fundamentais, os grupos de interesse ocupam seu lugar, tornando-se a referência básica das pessoas. Não é por acaso que mulheres, homossexuais, negros, etc., ganham maior visibilidade no nosso tempo, reafirmando suas formas de ser enquanto grupos e reivindicando incessantemente seus espaços. São interesses mais íntimos, mais imediatos, mais próximos das pessoas os fatores hoje instituintes da coesão grupal. A profusão de grupos estabelece a alteridade, reorganizando as identidades, agora múltiplas, como múltiplas são as organizações sociais não mais engessadas pela identidade nacional.

De toda essa tentativa de explicação resulta ainda uma idéia para um conceito revisitado: identidade é, também, referência, ou seja, aquele conjunto de formas de ser, de valores e de códigos nos quais as pessoas se reconhecem.

Por outro lado, a adesão a esse conjunto desenvolve nas pessoas o aconchegante sentimento de pertença, que pode ser visto como estruturante do conceito em questão. Vale a pena conhecer o pensamento de Albert Memmi sobre o assunto, sobretudo por tratar-se de uma formulação bastante recente (1997):

Le sentiment d'identité culturelle provient de l'appartenance à un groupe, dont la définition et la cohésion reposent sur un système, commun et relativement cohérent, de valeurs et d'institutions. Ce système est plus ou moins respecté selon les individus et les sous-groupes,

selon les aléas de l'existence commune, mais il reste pertinent tant qu'il demeure une norme de référence, apparemment stable, pour la majorité des membres du groupe.²⁶

A história de nossos dias tem mostrado a multiplicação de grupos de interesse e sua incessante luta por espaços de atuação, o que nos autoriza dizer que a palavra identidade ganha, hoje, um conteúdo político. Ao contrário de uniformizar, o conceito diferencia e, na imposição de seus valores e modos de ser, os grupos conquistam poder e redistribuem a democracia. Então, podemos retomar Michael Pollak em sua reflexão politizada da memória para ajudar-nos a concluir esta reflexão: reivindicações identitárias hoje se fazem, em grande parte, em cima de memórias subterrâneas e questionam as tentativas de construção de uma memória única. A presença do múltiplo obriga poderes a negociarem sua legitimidade.

26 Memmi, A. "Les fluctuations de l'identité culturelle", *Esprit*, número 228, janvier, 1997, p. 95.